

Maior participação nos lucros

por Eugênia Lopes
de Brasília

Os representantes dos empresários defenderam na reunião ministerial de ontem a negociação de uma nova forma de reajuste dos salários que não leve ao caos inflacionário e nem ao aumento do desemprego no País.

"Entendemos que um reajuste mensal menor no primeiro mês poderá contemplar um percentual maior no bimestre, seguido de um redutor no terceiro mês para se zerar as perdas salariais no quadri-estremre", assinalou o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Alcides Tápias.

O senador Albano Franco, presidente da Confede-

ração Nacional da Indústria (CNI), lembrou que existe um consenso entre os industriais brasileiros de que é preciso aumentar o poder de compra dos trabalhadores. E frisou: "A maioria das empresas já vem praticando o reajuste mensal. Mas é preciso uma lei para definir isso."

Na opinião do presidente da CNI, o Brasil precisa partir para uma política de maior remuneração dos assalariados e maior participação nos lucros e resultados ou na produtividade apurada a cada seis meses. Para isso, argumentou Albano Franco, é necessário que o Congresso Nacional aprove o mais rapidamente possível a lei que estabeleça a participação nos lucros por produtividade.

"Quem não tivesse aumento de produtividade garantiria a inflação passada", explicou o senador, observando que o projeto de lei inicial regulamentando a participação nos lucros por produtividade é de autoria do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Albano Franco assinalou ainda que caberá ao Congresso Nacional fazer um pacto fiscal e tributário para o País.

O representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Fábio Meirelles, destacou que caso a nova política salarial seja aprovada como veio do Congresso isso irá influir nas negociações internacionais do governo Itamar Franco. "Isso poderá também aumentar a legião

dos 30 milhões de famintos", sentenciou, lembrando que essa política salarial poderá desencadear um processo inflacionário.

Nesse sentido, Meirelles ponderou que a agricultura brasileira está atualmente empobrecida, principalmente pela espiral inflacionária ocasionada nos últimos quatro meses do governo Sarney, quando a inflação chegou a atingir a casa dos 80%. "O ex-presidente Fernando Collor também desestruturou todo o setor agrícola", sublinhou. Ao afirmar que a CNA irá acompanhar a decisão a ser adotada pelo governo, Meirelles mencionou que o setor agrícola não está negando apoio aos interesses dos trabalhadores.